

Os conflitos de terras no Sul e Sudeste Paraense durante a Ditadura Militar (1964-1985)

Land conflicts in the South and Southeast of Pará during the Military Dictatorship (1964-1985)

Wellington Jhemerson Costa da Conceição

Mestre em História Social da Amazônia - Universidade Federal do Pará (UFPA)
Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Moju-PA)
jhemersoncosta22@gmail.com

Lidyanne Christine Monteiro de Freitas

Graduanda em Economia - Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO: O presente artigo analisou os impactos do golpe civil-militar de 1964 na Amazônia Oriental, com foco particular no sul e sudeste do Pará. A região passou por profundas transformações no campesinato paraense a partir da década de 1960, quando foram criados diversos órgãos, como SUDAM, INCRA e GETAT, com a alegada finalidade de promover o desenvolvimento da área. Sob o binômio segurança e desenvolvimento, os governos militares implementaram uma política de ocupação territorial que resultou na incorporação de vastas áreas públicas ao domínio privado, seja empresarial ou de particulares. Esse processo resultou na grilagem de terras, em intensos conflitos agrários e na violência física e psicológica, que violou a dignidade de homens e mulheres no campo. Para analisar esse processo, foram utilizadas distintas fontes, tais como jornais, os arquivos oficiais da repressão e os relatos orais, a fim de compreender e problematizar os litígios fundiários.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Conflitos de Terras. Violência no campo

ABSTRACT: *This article analyzed the impacts of the 1964 civil-military coup in the Eastern Amazon, with a particular focus on the south and southeast of Pará. The region underwent profound transformations in the Pará peasantry from the 1960s onwards, when several bodies were created, such as SUDAM, INCRA and GETAT, with the alleged purpose of promoting the development of the area. Under the binomial security and development, military governments implemented a policy of territorial occupation that resulted in the incorporation of vast public areas into the private domain, whether corporate or private. This process resulted in land grabbing, intense agrarian conflicts and physical and psychological violence, which violated the dignity of men and women in the countryside. To analyze this process, different sources were used, such as newspapers, official repression archives and oral reports, in order to understand and problematize land disputes.*

Keywords: *Military Dictatorship. Land Conflicts. Violence in the countryside.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.

(Marc Bloch, 2001, p. 65)

A pesquisa teve como objetivo compreender os impactos sociais do golpe civil-militar de 1964¹ na Amazônia Oriental, bem como os efeitos dos 21 anos de ditadura que se seguiram. Durante esse período, os militares implementaram uma série de medidas para "desenvolver" e modernizar de maneira autoritária as regiões sul e sudeste do Pará, sem considerar os modos de vida das populações locais, como as comunidades indígenas, os remanescentes de quilombos e os ribeirinhos.

Dentre os órgãos destinados ao suposto desenvolvimento da região, destaca-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que teve um papel central nos conflitos agrários. A SUDAM distribuiu incentivos fiscais para grandes empresas e particulares, o que resultou na especulação fundiária no Pará. Segundo Jean Hébette, as facilidades fiscais contribuíram para as mudanças nas relações entre o homem e a natureza na região, uma vez que:

Não era costume fazer comércio de terra, o chão não tinha preço; as riquezas eram as casas, o gado, a borracha, a castanha, a madeira, isso era o que se comercializava. [...] A terra não era uma mercadoria, era um sinal de poder, um meio de controle político, não era uma mercadoria a comercializar (HÉBETTE, 2004, p. 37).

Além disso, a construção de estradas, como a rodovia Belém-Brasília (concluída na década de 1960), a Transamazônica e a rodovia estadual PA-150, favoreceu a chegada de milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida, que a terra e o trabalho poderiam proporcionar. No entanto, ao chegarem à região, muitas das pessoas que deixaram suas casas não imaginavam o que as aguardava, como foi noticiado pela grande imprensa² em 27/08/1980, dado que muitos homens e mulheres “chegaram sonhando com

¹ A participação de civis no golpe é amplamente reconhecida pelos historiadores, englobando empresários, latifundiários, setores da Igreja Católica e da classe média, além da grande imprensa, com exceção do jornal *Última Hora*, segundo Fico (2001), (Motta, 2011) e Dreifus (1981). A presença dos militares no comando do poder executivo gerou divergências analíticas. Uma corrente defendeu que a ditadura foi fruto de uma aliança civil-militar, pois diferentes setores que apoiaram o golpe em 1964 forneceram apoio ideológico, político e financeiro (Reis, 2000), enquanto outros argumentaram que ela teve um caráter empresarial-militar, devido aos financiamentos de grandes empresas que sustentaram os militares no poder (Dreifus, 1981). Para um terceiro grupo, a ditadura foi essencialmente militar, pois, embora os civis tenham colaborado na manutenção do regime, foram os militares que de fato lideraram o país e realizaram a transição para a “Nova República” (Fico, 2001). Por sua parte, os militares afirmam que não houve golpe, uma vez que foram convocados pela sociedade civil para salvar o país do comunismo e do caos, considerando seus atos como uma "revolução" (Castro; D’Araujo, 2004).

² Também são conhecidos por imprensa empresarial, uma vez que as suas operações técnicas e de circulação visam à acumulação de capital (Sodré, 1999).

terra, paz e riqueza. Encontraram violência, dor, miséria” e “mais da metade já abandonou suas terras e voltou para o Nordeste” (O Estado de S. Paulo, 1980. p. 11).

Muitas dessas pessoas, em busca de terra e trabalho, não voltaram para o lugar de origem e, como resultado, enfrentaram situações de violência, como no caso de Luís Silva, casado com Francisca e pai de seis filhos. Sua residência na PA-150 foi invadida em 19 de agosto de 1981, por ordem do grileiro Lezinho Baiano, que estava acompanhado por um agente do Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), um cabo da Polícia Militar (PM) e um sargento. Na ocasião, foi promovido “um verdadeiro ato de violência e abuso de poder”, já que os camponeses foram humilhados e expulsos de suas terras de forma brutal. Segundo *O Grito da PA 150*, “colocaram a metralhadora em cima dela [dona Francisca] com as crianças e as forçaram a correr pelo mato”. Quando Luís Silva foi informado por um dos filhos, ele se dirigiu ao local e questionou se havia alguma documentação que comprovasse que a terra tinha proprietário. A resposta que recebeu foi que “não interessava nada de documento” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1981, p. 10). Ao destruírem suas benfeitorias, perderam-se:

2 kg de açúcar, 6 kg de farinha, 2 kg e trigo, 2kg de feijão, 4 kg de pacotes de bolacha, 1kg de arroz, 4 kg de sal, 5 barras de sabão, 1 pote quebrado, baia e panelas amassadas, 8 redes e cobertas, 1 lanterna, 3 blusas de frio, foram tomadas pela PM 2 espingardas “20” e também 3 kg de carne de gado (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1981, p. 10).

Ameaçados e despejados por jagunços e pelo Estado, eles perderam seus mantimentos, que Dona Francisca e Luis Silva utilizavam no trabalho diário, no preparo da terra e para o descanso, como as redes e cobertas. Além da alimentação perdida, seus bens foram empilhados em cima de uma carroça e “tudo está estragado e acabado” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1981, p. 10). Para representar a cena vivida pelo casal e seus filhos, o jornal ilustrou por meio da linguagem não verbal, pois, por meio da imagem, “produz um sentido de realidade que a descrição textual sozinha não contém” (BARBOSA, 2007, p. 56).

Imagem 1: Declaração.



Fonte: O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. **Declaração**. Ano II, nº16, Diocese de Marabá/PA, Agosto de 1981, p. 10. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

A maior parte dos conflitos pela terra se deu por conta das profundas transformações no campesinato paraense a partir da década de 1960. Na visão de Octavio Ianni, o que modificou “na calma social e nos ritmos tradicionais da Amazônia” foi a “construção da Belém-Brasília e a decisão da Sudam [...] de conceder a projetos agropecuários incentivos fiscais” (IANNI, 1978, p. 91). A rodovia Transamazônica (1970) contribuiu também para “a ocupação [que] passa a ser contínua no tempo e em maior extensão [...] através de uma política deliberada de integração regional” (BECKER, 2004, p. 117).

A chegada de várias pessoas de diferentes regiões, incluindo empresários e camponeses em busca de uma vida melhor, especialmente trabalhadores do Nordeste, tornou a região, segundo o Serviço Nacional de Informações (SNI), “palco de violências entre proprietários rurais, invasores de terras, colonos e posseiros” e fomentou, ao longo do tempo, “vários focos de tensão social em todas as Unidades da Federação, havendo um clamor pela Reforma Agrária” (Serviço Nacional de Informação, 1979, p. 2).

Neste artigo, as principais localidades de conflitos no campo investigadas foram Goianésia, Jacundá, São Geraldo, Xambioá, Pau Seco, Xinguara, Ipixuna do Pará, Redenção, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia³. A seguir, apresentamos um mapa que ilustra essas regiões.

³ A região sul do Pará (Araguaia), possuía apenas o município de Conceição do Araguaia até 1960. A partir desse ano, com o seu desmembramento, surgiram diversos novos municípios, como Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Floresta do Araguaia, Redenção, Pau D’ Arco, Rio Maria, Xinguara, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra, conforme Luzia Canuto de Oliveira Pereira (2006).

Imagem 2: Áreas em conflitos pela terra



O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1981, p. 1.

Muitos camponeses contaram com o apoio de religiosos sensibilizados pelas mazelas sociais que afligiam os lavradores da região, bem como pelo autoritarismo imposto pela ditadura. Inicialmente, parte da Igreja Católica apoiou o golpe de Estado de 1964, pois, conforme Scott Mainwaring, esses setores estavam “preocupados com a ameaça do comunismo ou com a desintegração e desordem social, aliaram-se a forças antiesquerdistas” (MAINWARING, 2004, p. 103) para que o comunismo não tivesse espaço no país⁴.

No entanto, algumas pastorais se opuseram desde o início a ditadura, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Secundarista Católica (JUC). Essas pastorais surgiram a partir da criação, em 1935, da Ação Católica Brasileira (ACB), uma entidade que passou a incluir leigos para atuar na missão da Igreja (PESSÔA, 2019). Outro grupo contrário à ditadura foi o dos dominicanos, membros da Ordem dos Pregadores. Eles se envolveram nas guerrilhas urbanas em São Paulo, prestando apoio e proteção à organização liderada por Carlos Marighella, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi assassinado pelos militares em 1969 (BETTO, 1982).

Com o endurecimento da ditadura, alguns religiosos se opuseram à violência militar, como foi o caso de Dom Hélder Câmara. Em maio de 1969, seu auxiliar, Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, foi sequestrado, torturado e assassinado em Recife

⁴ Sobre as crenças e o medo do “perigo vermelho” na sociedade brasileira no século XX, ver Rodrigo Patto (2022).

(PESSÔA, 2019). Frei Tito de Alencar, da ordem dos dominicanos, foi preso e torturado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O trauma sofrido pelo religioso foi tão significativo que, em seu exílio na França, Frei Tito cometeu suicídio (BETTO, 1982).

No sul e sudeste do Pará, muitos religiosos, como Dom Alano Maria Pena, os padres Ricardo Rezende Figueira e Paulo Joanil da Silva, além das irmãs Dorothy Stang e Adelaide Molinari, se colocaram na linha de frente em defesa dos mais necessitados. Muitos desses padres, freiras e o bispo foram ameaçados tanto pelos latifundiários quanto pelos militares da região. Essas ameaças também se estendiam aos homens e mulheres que faziam parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 para defender trabalhadores rurais diante da violação dos direitos humanos na Amazônia (Da Terra, 2016).

Para compreender essas questões, as fontes utilizadas para compreender a luta pela terra durante a ditadura militar foram diversas. Recorreremos a entrevistas orais com sujeitos sociais envolvidos nas lutas camponesas, como os padres Ricardo Rezende Figueira e Paulo Joanil da Silva. Também utilizamos arquivos do SNI, os documentos que versam sobre os conflitos fundiários no sul e sudeste do Pará, além de registros sobre a atuação de religiosos em defesa dos direitos humanos.

Complementamos nossa pesquisa com os jornais *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, *O Liberal* e o *Tribuna da Luta Operária*. Os jornais são importantes fontes e objetos de pesquisa para os historiadores, como destacam Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, pois:

Os periódicos são fontes magníficas para os historiadores que quase sempre os utilizam, como abundância, quando fazem suas pesquisas. Diversos jornais e revistas, com posições políticas diferentes, permitem ao historiador avaliar como importantes veículos de formação de opinião noticiavam determinado evento, em um dado momento, principalmente quando ele tem a envergadura de uma rebelião ou revolução (DE CASTRO GOMES; FERREIRA, 2014, p. 12).

A representação do golpe civil-militar no Pará

O jornal *O Grito da PA 150: Terra e Liberdade* foi fundado em 1º de maio de 1980, uma data que simboliza mundialmente a luta dos trabalhadores. Ao longo dos seus anos de circulação no sudeste paraense, entre 1980 e 1987, o jornal relatou diversos episódios relacionados à luta pela terra na região, destacando a organização camponesa nas Associações de Bairros, nas oposições sindicais e nos partidos políticos de oposição a ditadura (COSTA, 2023).

O impresso foi idealizado pelos trabalhadores do campo, religiosos e religiosas com o propósito de “circular a luta do povo”, pois “a luta não poderia ficar isolada”, ou somente registrada na memória dos homens e mulheres que sofriam intimidações e perseguição política. A documentação, segundo o jornal, era uma ferramenta importante porque possibilitava aos “camponeses aumentar sua consciência e organização de sua classe, a acreditar no seu valor e na sua classe e na sua força” [sic], com a finalidade que os trabalhadores formassem “uma classe unida e organizada, ativa na luta pelos seus direitos” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1980, p. 2) políticos e sociais, que estavam incluídas na luta da reforma agrária: terra, trabalho e cidadania plena.

Em 31 de março de 1982, o jornal alternativo rememorou o golpe civil-militar de 1964, quando se completavam 18 anos da tomada do poder. No editorial, questionou a suposta “revolução”, afirmando que “os ricos fizeram a revolução deles, para garantir sua fortuna e sua boa vida”, enquanto “o povo ficou humilhado” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1982, p. 2).

É importante destacar que os militares não chegaram sozinhos ao poder e não foram os únicos a se opor ao governo de João Goulart. As forças armadas contaram com o apoio de setores da sociedade civil, como parte da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil, da grande imprensa (com exceção do jornal *Última Hora*) e do empresariado, conforme apontam os historiadores Carlos Fico (2001), Rodrigo Patto (2021) e o cientista político René Armand Dreifuss (1981).

O jornal *O Grito da PA 150*, ao realizar o ato de rememoração naquele momento específico, nos proporcionou refletir, à luz das ideias de Paolo Rossi, sobre o passado, a memória e o esquecimento. Segundo o autor, a evocação de certos elementos do passado não pode ser compreendida sem levar em consideração a realidade social vivida no presente, visto que “voltar a lembrar implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação” da memória, que impede o esquecimento de certos momentos da vida, assim como preserva parte das suas lembranças (ROSSI, 2010, p. 16-33).

Neste caso, de modo particular, as recordações que o jornal estampou em suas páginas eram de tristezas, pois “no dia 1º de abril de 1964, desrespeitando todas as leis do país, os generais derrubam o Presidente da República eleito pelo povo e instalaram uma Ditadura Militar. [...] Para esse golpe eles deram o nome de revolução de 31 de março” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1981, p. 9).

O golpe civil-militar foi bem recebido por parte da sociedade paraense, especialmente entre as lideranças políticas e o empresariado. Em 15 de abril de 1964, o deputado Reis Ferreira, presidente da Federação das Associações Rurais do Pará, enviou um ofício ao governador Aurélio do Carmo, expressando agradecimento pela posição política adotada, que, segundo ele, havia contribuído para salvar o país da

“comunização”, classificando seu ato como uma atitude nobre e patriótica, dado que “estavam em jogo os destinos da democracia” (O Liberal, 1964, p. 3). Segundo a visão do ruralista:

Como testemunha ocular da galharda atitude tomada por vossa Excelência no Estado da Guanabara, manifestando-se de público, em memoráveis pronunciamentos, sobre a política nacional, mal orientada pelo ex-Presidente João Goulart, cometeria grave falta perante minha consciência cívica, se por comodismo ou indiferença, não viesse expressar ao eminente Governador e prezado amigo a satisfação das classes rurais do Estado, em face da tomada de posição contra a comunização que se pretende implantar no Brasil. Receba pois, a mensagem de solidariedade e de confiança que tenho a honra de encaminhar a V. Exa., como demonstração inequívoca de que o rurícola paraense não está alheio à nobre e patriótica atitude assumida pelo ilustre Governador, precisamente na honra em que estavam em jogo os destinos da democracia em nossa pátria (O Liberal, 1964, p. 3).

Podemos notar que Reis Ferreira manifestou posição favorável ao golpe, tendo a preocupação que Aurélio do Carmo recebesse a sua mensagem como um ato de “solidariedade e de confiança”, uma vez que o comportamento assumido “pelo ilustre governador” fazia parte de um projeto democrático. O ato de assinar o documento não pode ser interpretado como uma simples personificação de sua figura, pois, enquanto presidente da Federação das Associações Rurais, ele representava também os interesses dos grandes proprietários de terras no Estado do Pará. Por isso, destacou que a classe rural “paraense não está alheio à nobre e patriótica atitude assumida pelo ilustre Governador” (O Liberal, 1964, p. 3).

Segundo os historiadores Caio Navarro de Toledo (2004) e Marcus Dezemone (2016), as classes rurais apoiaram o golpe com o objetivo de preservar seus interesses e evitar mudanças na estrutura agrária vigente, que se baseava no latifúndio. Essa perspectiva já havia sido abordada por Caio Prado Júnior (2014, p. 284), que destacou entre os fatores que culminaram no golpe foi “o crescente interesse que então começava a despertar a questão agrária e os primeiros sintomas de séria pressão popular no sentido da efetivação de medidas tendentes à reforma de nossas estruturas agrárias e relações de trabalho rural”.

Aurélio do Carmo, eleito em 1960 pelo Partido Social Democrático (PSD), foi sucessor de Magalhães Barata (1955-1959). No dia do golpe, encontrava-se no Rio de Janeiro e consentiu com a inclusão de seu nome no “Manifesto ao Povo do Pará”, um documento que simbolizava a aliança entre civis e militares no apoio ao golpe (PETIT, 2016). Seu vice, Newton Miranda, estava na capital paraense e relatou que a “situação no Pará está calma. Tranquila” (O Liberal, 1964, p. 8). O prefeito de Belém, Moura de

Carvalho (1961-1964), enfatizou também que “eu e o meu amigo governador Aurélio do Carmo, posição idêntica já havíamos assumido no Rio” (O Liberal, 1964, p. 8). Nas palavras do partidário do PDS, salientava que:

O que resta agora é consolidar a nova situação, garantindo o regime democrático, através da eleição, o mais depressa possível, de um presidente democrático, cristão e sobretudo, ponderado, mas de inabalável decisão cívica. Nesse sentido, o PSD paraense, juntando-se as grandes forças democráticas do país, está firme no seu propósito de quebrar lanças em torno do nome do general Humberto Castelo Branco (O Liberal, 1964, p. 8).

De acordo com o jornal *O Liberal*, a atitude tomada por Aurélio do Carmo foi muito importante, visto que a sua posição foi em “favor dos princípios democráticos e da sobrevivência do regime de liberdade” (O Liberal, 1964, p. 9). Segundo o jornal, era presente um “movimento esquerdista visando implantar no Brasil um regime de força, totalitário, um verdadeiro acinte à nossa constituição” (O Liberal, 1964, p. 8).

No Pará, houve manifestações algumas semanas após a consolidação do golpe, realizadas na Praça Brasil, Praça da República e em São Braz. Homens e mulheres compareceram aos locais estabelecidos “logo ao amanhecer, embora com ameaças de chuvas” (O Liberal, 1964, p. 5-6). Segundo a cobertura do jornal *O Liberal*, foi possível notar cartazes com diversas palavras de ordem contra a “comunização” que saudavam os militares no poder, como podemos analisar a seguir:

“Vermelhos por fora, traidores por dentro”, “Brasil, sim, Rússia, não”, “Cadeira para os traidores, tranquilidade para os nossos lares”, “Vimos, sentimos e vencemos” [...] “Para um Palácio Vermelho, basta um Castelo Branco”, “comunismo nunca, Democracia sempre”, “Abaixo a corrupção, o contrabando e o comunismo”, “Com Deus e Religião, teremos Liberdade”, “...E o martelo foi-se”, “Brasil livre agradece as Forças Armadas”, “Sem tua ajuda o Cristo, para onde iríamos nós?”, “Nesta bandeira, não há lugar para foice e martelo”, [...] “Queremos um Brasil sem vermelhos”, “Clube dos Servidores Federais do Pará, vanguardeiros da Democracia, com as famílias e Deus pela liberdade” e o grande cartaz da Federação do Comércio que apareceu em frente a grande marcha: “O Brasil nasceu ao pé da Cruz. Renasce, agora, pela Liberdade para o seu autêntico destino” (O Liberal, 1964, p. 5).

Para Carlos Fico (2014, p. 7), a deposição de João Goulart “não pressupunha, necessariamente, a ditadura que se seguiu”. Muitos daqueles que saíram às ruas e estamparam cartazes pedindo intervenção militar contra o governo sofreram posteriormente os impactos da repressão; outros, entretanto, seguiram suas vidas normalmente. Os militares, ao tomarem o poder em 1964, só o deixaram em 1985, de forma lenta, gradual e segura, deixando diversos traumas em muitas famílias e

provocando mortes ao longo do caminho. Um exemplo disso foi o assassinato, em março de 1980, do estudante César Moraes Leite, na Universidade Federal do Pará, em Belém. Ele foi morto por um agente da Polícia Federal enquanto assistia a uma aula de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) (FONTES, 2018). Outras vítimas foram no sul e sudeste paraense, como veremos a seguir.

Litígios de terras e assassinatos no campo

O Golpe civil-militar de 1964 simbolizou, para o sul e sudeste do Pará, transformações estruturais na economia, na política e nas relações sociais, com a criação de diversos órgãos cujo objetivo era “desenvolver” a região.

Entre os órgãos criados, destacam-se a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970; e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), em fevereiro de 1980. Esses órgãos tinham, como propósito oficial, embora com algumas diferenças entre eles, implementar uma política modernizadora. Para o presidente-general Emílio Garrastazu Médici, a existência de um poder centralizado e direcionado se justificava, pois a Amazônia se configurava como “um território escassa e esparsamente povoado [...] com características de economia pré-capitalista [...] empregando métodos primitivos de produção no extrativismo florestal em uma agricultura nômade [...]” (Petit *apud* Médici, 2003, p. 78).

Ao consultarmos o documento *Operação Amazônia*⁵, percebemos que a região foi, de certa forma, colocada à disposição de pequenos grupos econômicos. Isso porque os militares se reuniram com empresários dos setores agrícolas e industriais para convencê-los das possibilidades econômicas que a fauna e a flora da Amazônia poderiam oferecer, caso instalassem suas empresas na região. O documento incluía um tópico intitulado *Instalação da Sudam*, que afirmava que a região era “uma das maiores áreas despovoadas do globo” e que, “povoando, desenvolvendo e conquistando de modo efetivo a Amazônia, estaremos fazendo uma guerra pela paz, desarmando os espíritos e convidando todos os homens para um trabalho conjunto em favor dos povos mais necessitados” (BRASIL, 1968, p. 73-75).

Essa visão acerca da Amazônia Oriental, desconsiderando grupos que aqui já moravam (indígenas, remanescentes de quilombolas e ribeirinhos), era semelhante ao discurso de Getúlio Vargas dito no teatro do Amazonas, em Manaus, em 10 de outubro de

⁵ A Operação Amazônia foi uma série de ações realizadas pelos militares, a partir da década de 1960, cujo propósito era garantir a ocupação dos espaços considerados vazios, construir infraestrutura, atrair investidores e manter as fronteiras e o território da região Amazônica sob vigilância, em nome da segurança nacional (Brasil, 1968).

1940 na política de *Macha para Oeste*. O discurso apresentava uma visão de dominação da Amazônia, cuja tarefa era “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”, com o propósito de “implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar” (BRASIL, 1968, p. 9).

Somado aos projetos iniciados pelos militares, as rodovias Belém-Brasília, concluída em 1960, a Transamazônica e a PA 150, iniciadas na década de 1970, contribuíram para a vinda de diversas pessoas para o sul e sudeste paraense em busca de terra e trabalho. As rodovias e os projetos de “desenvolvimento” do governo federal fomentaram a especulação fundiária por meio da facilitação do acesso à terra por empresas e particulares, com base na política dos incentivos fiscais, a qual consistiam no seguinte:

...não paga seus impostos quem quiser aplicá-los para praticar pecuária em grande escala na Amazônia. Vê-se, então, todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados, tornaram-se pecuaristas: Volkswagen, Bradesco, Bamerindus, Alô Brasil, Tecelagem Parahiba e tantos outros (HÉBETTE, 2004, p. 38).

Observa-se que a atividade pecuária cresceu significativamente com a instalação da SUDAM, que concedeu vantagens fiscais a diversas empresas. Para ilustrar esse crescimento, apresentamos o quadro abaixo, elaborado com dados extraídos do Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – SIDRA. A partir dessa plataforma, obtivemos informações relevantes sobre a quantidade de gado no Pará, com destaque para o aumento observado nas regiões sul e sudeste do estado, entre os anos de 1970 e 2006.

Tabela 1: Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo - série histórica (1970/2006).

Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo - série histórica (1970/2006)						
Variável - Efetivo de animais (Cabeças)						
Espécie da pecuária – Bovinos						
Brasil e Unidade da Federação	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Brasil	78.562250	101.673753	118.085872	128.041757	153.058275	176.147501
Rondônia	23.125	55.392	251.419	770.531	3.937291	8.542726
Acre	72.166	120.143	292.190	334.336	847.208	1.736100
Amazonas	263.487	203437	355.748	425.053	733.910	1.170638
Roraima	238.761	246.126	313.881	306.015	399.939	536.396
Pará	1.043.648	1.441.851	2.729.796	3.478.875	6.080.431	13.933883
Amapá	64.990	62.660	46.079	46.986	59.700	78.815
Tocantins	3.603.813	5.218.142	6.565729

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Ao pesquisarmos no acervo da SUDAM, outro documento acabou nos chamando atenção: *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Ao folhear as suas páginas, encontramos um tópico intitulado *O Boi precede o homem*, que afirmava que a agropecuária é uma “atividade que menos recursos financeiros e humanos exige por área recuperada”. Seu propósito é ocupar “os espaços vazios” da Amazônia, “com rebanhos selecionados e culturas diversas, que representarão a contribuição de áreas ao abrandamento de um problema de âmbito mundial: a fome” (BRASIL, 1968, 56).

A fome não acabou no sul e sudeste paraense, ao invés disso, na região “o boi era mais importante” que as pessoas, dado que, na visão do lavrador: “a gente planta. Ele [o latifundiário] põe o boi em cima querendo expulsar a gente da terra que nós amansamos no braço” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1981, p. 9).

Esse problema social, causado pela expansão do capitalismo no campesinato paraense, foi amplamente documentado pelo Serviço Nacional de Informações, órgão de inteligência militar criado em junho de 1964. A coleta de informações realizada por esse serviço de espionagem sobre a região chama a atenção, pois os militares sabiam que o sul e o sudeste do Pará haviam se tornado um “barril de pólvora”. Isso se devia à facilitação fiscal, à privatização de terras e às disputas sobre o uso e o acesso à terra, envolvendo camponeses, indígenas e o empresariado, como podemos observar a seguir:

A inquietação social que caracteriza a vida da região sul e sudeste do Pará nos últimos anos, decorrente dos problemas fundiários ali surgidos, continua a ser campo propício à pregação e germinação de ideologias extremistas, mercê do não equacionamento e solução das diversas formas de litígios em evolução. Seja pelo persistente trabalho de endoutrinação político-ideológica de que são alvos os que, sem terras e sem recursos, se propõem a ocupar e trabalhar as áreas encontradas vazias; seja pela má destinação de alguns proprietários rurais dão às suas terras – transformando-as em investimento para valorização futura, sem beneficiá-las; seja pela insuficiente estrutura, ou despreparo, dos órgãos públicos a quem cabe a solução dos problemas – INCRA, ITERPA, Justiça, Polícia Civil e Militar –, a realidade é que a região continua a apresentar condições que podem vir a transformá-la em um imenso palco de violências entre proprietários rurais, invasores de terras, colonos e posseiros, com previsível aproveitamento por parte das organizações subversivas [*sic*] (Serviço Nacional de Informações, 1979, p. 2).

Em vez de questionar a concentração de terras e a lógica do “desenvolvimento” defendida pelo Programa de Integração Nacional (PIN) da década de 1970, o documento revelou a preocupação de que camponeses e setores da Igreja Católica estivessem questionando a situação política e social na região. Esses grupos, ao contestarem a política de valorização das terras e reivindicarem a reforma agrária, eram vistos como uma “classe político-ideológicas, de caráter contestatário e de veracidade duvidosa”

(Serviço Nacional de Informações, 1985, p. 3). Um dos indivíduos considerados uma ameaça pela ditadura na região foi o padre Ricardo Rezende, cujos atos em defesa dos direitos humanos eram associados “ao esquerdismo, [...] desenvolvendo atividades contestatórias aos poderes constituídos da Nação” (Serviço Nacional de Informações, 1985, p. 3).

O documento do SNI, que criticou a postura do padre Ricardo Rezende por conta da sua aversão a ditadura, data de 1979. No ano seguinte, em 1980, os militares realizaram uma análise de diversos órgãos públicos, revelando que estavam plenamente cientes das falhas dos órgãos federais e estatal, especialmente no que diz respeito à administração da questão fundiária nas regiões sul e sudeste do estado. Eles sabiam, por exemplo, do “surgimento de centenas de títulos falsos” e a “incapacidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto de Terra do Pará (Interpa) de fazerem frente ao crescimento dos conflitos” [*sic*] (Serviço Nacional de Informações, 1980, p. 2). Além disso, havia corrupção no GETAT, onde funcionários beneficiavam financeiramente “em troca de favores pessoais concedidos a políticos, fazendeiros e outros” (Serviço Nacional de Informações, 1984, p. 2-3).

Chama atenção o fato de que os grandes fazendeiros não eram chamados de invasores ou agitadores do espaço agrário. Na documentação do SNI, o grileiro era tratado como proprietário de terra, como no caso de Manoel Cardoso Neto, também conhecido como “Nelito”. Sabia-se, que ele estava “envolvido em problemas de terras com posseiros na área denominada Fazenda Fortaleza”. No conflito, quem defendeu os posseiros foi o advogado da CPT, Gabriel Sales Pimenta. No entanto, a juíza da Comarca de Marabá deu ganho de causa a Nelito. Posteriormente, a saída dos lavradores foi “suspensa em virtude de 129 posseiros terem impetrado Mandado de Segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado”, decidido a permanência dos posseiros na área, conforme o relatório do SNI (Serviço Nacional de Informações, 1982, p. 3).

Nelito era uma figura conhecida no sudeste paraense. O madeireiro foi responsável pelo assassinato de Gabriel Sales Pimenta, ocorrido em 18 de fevereiro de 1982. O advogado da CPT, que defendia questões sociais em prol dos mais pobres e questionava o latifúndio na região, era visto pelos militares da seguinte maneira:

Gabriel Sales Pimenta é elemento dotado de espírito anarquista e ligado ao clero progressista da região, sem qualquer respeito para com as autoridades e nenhuma postura como advogado, sempre criando tumulto com a finalidade de caracterizar a inoperância do órgão do governo (Serviço Nacional de Informações, 1984, p. 3).

Em 2022, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em razão da morte do advogado da CPT. A comissão que julgou o caso concluiu que:

Segundo a Comissão, a controvérsia se refere à alegada responsabilidade internacional do Brasil pela suposta situação de impunidade em que se encontrariam os fatos relacionados à morte de Gabriel Sales Pimenta, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. Devido ao seu trabalho, a suposta vítima teria recebido várias ameaças de morte e teria solicitado proteção estatal em várias ocasiões junto à Secretaria de Segurança Pública em Belém, no Estado do Pará. Finalmente, teria sido morto em 18 de julho de 1982. De acordo com a Comissão, essa morte teria ocorrido em um contexto de violência relacionada às demandas por terra e reforma agrária no Brasil (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2022, p. 4).

Quem organizava milícias no campo não recebia o mesmo tratamento nos relatórios do SNI. O fazendeiro Fausto Ribeiro Marques, um dos responsáveis pela criação da Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará (APRUSP) em 1985, afirmava que a criação da entidade tinha como objetivo “fortalecer a propriedade privada [...] envolvendo a instalação de equipamento de rádio, para interligar todas as fazendas e, no futuro, pretendem criar uma segurança própria” (Serviço Nacional de Informações, 1985, p. 3). O argumento do fazendeiro era motivado, conforme o relatório do SNI, por conta da

Reforma agrária, pretendida pelas esquerdas, que na ótica dos associados da APRUSP, deverá receber uma pressão muito grande nos dois primeiros anos do novo governo, o que levará a uma série de invasões das propriedades, a fim de conseguirem a realização da mudança na legislação sobre a reforma agrária (Serviço Nacional de Informações, 1985, p. 3).

O temor da ocupação de terras gerava grande apreensão entre os latifundiários. Como resposta, muitos fazendeiros, incluindo o coronel Eddie Carlos Castor da Nóbrega, formaram organizações armadas, como em Marabá, na localidade de Castanhal “Pau Ferrado”. O coronel chegou a exigir do então governador do Estado, Jader Barbalho, que tomasse medidas para proteger suas propriedades, chegando a declarar no jornal *O Liberal* as seguintes palavras: “tenho meus homens armados e vou matar quantos venham tentar invadir minha fazenda. Mato qualquer um, até o deputado Paulo Fontelles se ele tiver coragem para tentar tomar a Fazenda e não apenas mandar seus falsos posseiros, como tem feito até agora” (Serviço nacional de Informações, 1985, p. 3).

A fala do militar é de grande importância, pois expôs na grande imprensa paraense como muitos camponeses eram tratados na região, além de destacar a repressão a quem manifestasse solidariedade em relação às suas causas sociais. O SNI fez uma análise sobre o caso, argumentando que existiam organizações “subversivas” que se aproveitavam da questão fundiária na região, incitando “o homem do campo às invasões”. Em virtude disso, os fazendeiros tinham a necessidade de “protegerem suas

propriedades, [...] constituindo grupos armados, a fim de fazerem frente às ações dos invasores” (Serviço Nacional de Informações, 1985, p. 7).

Para o bispo de Marabá na época, Dom Alano Maria Pena, a abordagem do Exército Brasileiro em relação aos problemas fundiários era tratada sob a perspectiva da Segurança Nacional, “e nunca voltados à busca de uma reforma agrária autêntica e verdadeira” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1980, p. 8). Desde a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), a região passou a ser constantemente vigiada pelas Forças Armadas, e a violência do Estado brasileiro deixou marcas físicas e psicológicas em homens e mulheres, como foi constatado pela Comissão Nacional da Verdade na Casa Azul⁶. Esse local, onde ocorriam operações do Centro de Inteligência do Exército (CIE), tornou-se um centro de repressão e “torturas, assassinatos, e ocultação de cadáveres” (BRASIL, 2014, p. 695).

A luta pelo direito à terra, que garantisse condições dignas de moradia para as famílias, era uma questão complexa, devido à concentração de terras nas mãos de empresas e particulares. No entanto, apesar das dificuldades e da violência envolvida, essa era uma luta que precisava ser enfrentada. Segundo o padre Paulo Joanil da Silva, que atuou na defesa dos direitos humanos na região na década de 1980, a luta pela terra exigia determinação e coragem. Ele afirmava: “na luta pela terra não tem passo atrás, ou a gente vai e conquista, ou na moleza não se conquista, fazendo média não se conquista. [...] A terra é direito inalienável ao camponês e ao trabalhador” (Paulo Joanil da Silva, 2017).

Os militares estavam cientes de que um dos principais motivos da luta pela terra era a grilagem. No entanto, ao analisar os documentos produzidos pelos serviços de inteligência, ficava evidente que o Estado agia com omissão e se mostrava conivente com os grandes proprietários de terras (Serviço Nacional de Informações, 1982, p. 2-5).

Os lavradores, por outro lado, enfrentavam a violência, como exemplificado pelo lavrador Francisco Jacinto de Oliveira, o “Sinhozinho”, assassinado em 2 de junho de 1981 em Conceição do Araguaia (COSTA, 2023). Outro caso foi o de Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”. Aos 42 anos, casado com Maria Oneide Lima e pai de seis filhos, sua morte foi diretamente relacionada à sua atuação na luta pela terra. Lima era uma liderança sindical importante, além de ser um ativo “animador da Comunidade de Itaipavas, do distrito de São Geraldo do Araguaia, era agente de pastoral” (REIS, 2015, p. 267). Em 1980, o líder sindicalista, que concorria pela chapa de oposição, retornava de um encontro com outros representantes sindicalistas em São Paulo, antes das eleições do sindicato em Conceição do Araguaia. No entanto, foi assassinado em 29 de julho, em Araguaína (atualmente Tocantins), por José Antônio, filho de um fazendeiro que havia

⁶ Atualmente o local é sede do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), segundo Janailson Macêdo (2023).

sido morto em um conflito com posseiros na região de São Geraldo (PESSÔA, 2022, p. 267).

As páginas do jornal *O Grito da PA 150* abordaram a cronologia da luta sindical em Conceição do Araguaia. Na época, havia duas chapas concorrendo às eleições: a Chapa 1, que “encabeçada pelo pelego Bertoldo Siqueira de Lira e dirigida pelo GETAT e a polícia Federal”. A chapa 2, por outro lado, pertencia à Oposição Sindical, sendo “encabeçada e dirigida por trabalhadores com apoio de entidades democráticas” (*O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, 1981, p. 3). O GETAT estava diretamente vinculado ao Conselho de Segurança Nacional, órgão subordinado ao Presidente da República, que concedeu apoio à Chapa 1. Os militares acompanharam atentamente o andamento da eleição sindical, documentando os bastidores do processo eleitoral, conforme consta no relatório do SNI:

Visando as eleições para o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, verificou-se uma intensa campanha eleitoral das chapas concorrentes. De um lado, a Chapa 1, da situação, sendo apoiada pelo Conselho de Segurança Nacional, que através do GETAT, colocou na região, desde Set 80, uma equipe composta de médicos, dentistas e pessoal de apoio, objetivando levar assistência médica e odontológica aos trabalhadores rurais, através de "Operações ACISO", e colaborar na organização administrativa do sindicato. De outro lado, a Chapa 2, de oposição, sendo apoiada por membros do clero “progressista”, da CPT e por militantes comunistas, tendo à frente PAULO FONTELES, que objetivam conquistar o Sindicato, visando transformá-lo em instrumento para implantação da luta de classes na região. O principal órgão de divulgação e propaganda da chapa 2, tem sido a Rádio Araguaia Ltda, de propriedade da Diocese Local (*Serviço Nacional de Informações*, 1981, p. 8).

Segundo o jornal *O Grito da PA 150*, durante o processo eleitoral, foram observadas manifestações antidemocráticas por parte dos integrantes da Chapa 2. Em alguns casos, nomes de camponeses foram omitidos da lista de votação, e, além disso, não “enviaram urna para São Geraldo, região do Baixo Araguaia”, onde a maioria da população iria votar na Chapa 2. No dia da eleição outro caso curioso, visto que “a PM foi de fato a que mais apareceu, [...] estava dentro e fora das delegacias, dirigindo e dando ordens, expulsando fiscais da Chapa 2 de dentro das delegacias” (*O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, 1981, p. 3). Após as eleições, as irregularidades não cessaram, em virtude que:

As urnas deveriam ser acompanhadas pelos presidentes de mesa e fiscais competentes, mas quem se apoderou das urnas indevidamente e as levou para a Sede em Conceição, foi um batalhão da Polícia Militar armados até os dentes, numa afronta [...] aos direitos dos trabalhadores (*O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, 1981, p. 3).

Os atos antidemocráticos acabaram dando certo para os grupos que desejavam conter as reivindicações sociais dos trabalhadores do campo, porque as eleições não foram concretizadas por falta de 2/3 de eleitores aptos para votar. Novas eleições foram marcadas e a Chapa 1 contou com reforço da “Presidência da República, através de seu famoso representante, Dr. Curió” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1981, p. 3). Sebastião Rodrigues de Moura, o “Curió”, foi agente do Exército brasileiro e um dos principais responsáveis no combate a Guerrilha do Araguaia⁷.

Segundo Maria Oneide, a Guerrilha trouxe alguns problemas para seu companheiro, porque o “Gringo” era perseguindo devido ao movimento revolucionário e por conta de outro conflito ocorrido em 1976, que ficou conhecido por Guerra de Perdidos⁸. Nas palavras de Maria Oneide foi relatado que:

Nós soubemos que a polícia ia prender o Gringo por causa da Guerrilha sem ele ter nenhuma ligação, entendeu? A nossa casa foi invadida, foi virada, foi levado livros que ele tinha e lia. Então o Gringo teve que fugir para Conceição. De lá para São Felix do Mato Grosso [...]. Foi a época que Dom Pedro Casaldáliga tava chegando em São Félix – foi Sagrado Bispo lá. Na igreja lá o Gringo trabalhava como fazendo móveis e alguma fazenda que chamava para fazer alguma coisa com relação a prática veterinária dele. Nós ficamos lá em São Félix no Mato Grosso (Maria Oneide Lima, 2017).

Segundo o jornal *O Grito da PA 150*, o Major “Curió”, com interesse em mobilizar pessoas para votarem na Chapa 1, prometia aos camponeses que “iriam receber terras”, e quem não votasse em seu candidato indicado perderia o lote de terra onde morava com a sua família (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1980, p. 3). Para o jornal alternativo, essa prática era comum durante as épocas de eleições e classificava o ato como *voto de cabresto*, pois era “conseguido através daquelas ajudas na época das eleições. E até hoje eles têm conseguido segurar o povo, usando o voto de cabresto” (O Grito da PA 150: Terra e Liberdade, 1982, p. 2).

Essa informação é fundamental e foi analisada por Victor Nunes Leal (2012) em *Coronelismo, enxada e voto*. O autor investigou como o poder de mandonismo local, característico da Primeira República (1889-1930), se manifestava no espaço agrário brasileiro, favorecendo fazendeiros e lideranças políticas. Esse jogo de poder, que envolvia relações entre as esferas pública e privada, tem suas raízes, como aponta Sérgio Buarque de Holanda (2014), no espaço agrário brasileiro.

⁷ Para conhecer e estudar a atuação de “Curió”, consultar a obra de Nossa (2012), que se baseia em entrevistas orais, análise de documentos oficiais e jornais da grande imprensa.

⁸ Em 27 de outubro de 1976, alguns técnicos do Incra, com apoio de 18 policiais foram realizar um trabalho de demarcação de uma área que era ocupada por posseiros no Sul do Pará. Na ocasião ocorreu um conflito armado, o que resultou na morte de dois policiais. O caso ficou conhecido por Guerra de Perdidos, para conhecer o litígio e saber mais, ver: Fábio Pessôa (2022).

Desse modo, notamos que na década de 1980, guardadas as peculiaridades, ainda era presente no sul e sudeste paraense promessas sociais em troca de voto, uma vez que lideranças políticas se utilizavam para conquistar e manter seus poderes locais.

Por conta da disputa pela liderança do sindicato, a morte de “Gringo” já era anunciada, pois seu nome estava em uma “lista de seis pessoas marcadas para morrer, conforme jagunços da região”, que incluíam também o “padre Aristides e a agente de Pastoral Inês”. Segundo o assessor da CPT na época, José de Souza Martins, “a lista foi divulgada por jagunços da Impar – Indústria Madeireira do Pará” (O Estado de S. Paulo, 1980, p. 41).

Após o assassinato de Gringo, foi realizado um ato público com a participação de diversas pessoas e entidades (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), União Nacional dos Estudantes (UNE), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Associações de Bairros e Oposições Sindicais).

Alguns enfrentaram dificuldades para chegar ao local do encontro devido à distância. Outros, como o senhor Dima, utilizaram o barco como meio de transporte. Ele levou 62 pessoas em uma “viagem de dois dias pelo rio e que acabou chegando após o ato”. Durante o evento, diversas faixas com frases foram estendidas, e uma delas, captada pelas lentes de uma câmera, dizia: “o sangue de Gringo clama por reforma agrária imediata e total” (Tribuna da Luta Operária, 1980, p. 4).

Na década de 1980, as mortes no campesinato aumentaram drasticamente, apesar do processo de abertura política, lenta, gradual e segura. A maior parte dessas violações de direitos humanos ocorreu no Estado do Pará, como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 1: Assassinatos em decorrência dos conflitos agrários: 1971-2013

Período	Brasil	Pará	Sul/Sudeste do Pará
1971-1974	92	29	--
1975-1979	237	45	--
1980-1984	499	100	--
1985-1989	641	361	244
1990-1994	231	70	54
1995-1998	219	90	84
1999-2002	120	45	33
2003-2006	189	88	59
2007-2010	115	45	29
2011-2013	99	24	12
Total	2.442	897	515

Fonte: IDESP, **Pará Agrário**, nº 6-7; CPT, **Conflitos no Campo**, 1985-2013; CPT, **Balanco da violência no campo**, 1985; CPT, **Assassinatos no campo Brasil (1985-2010): Violência e Impunidade**, 2010. Apud. PESSOA, Fábio T.M; PEREIRA, A. R. ; PENARROCHA, P. P. “Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960-1990.” **Tempos Históricos**, v. 18, 2014, p. 351.

A partir das grandes transformações iniciadas na década de 1960, com a política de incentivos fiscais e a implementação de projetos para o “desenvolvimento” da região amazônica, a taxa de mortes no campesinato aumentou drasticamente. Ao analisar o quadro elaborado pela CPT, é crucial compreender que não se trata apenas de números, mas de pessoas, muitas vezes ceifadas de forma cruel, com o intuito de servir de exemplo para outros camponeses e lideranças na luta pela reforma agrária. Entre 1971 e 1974, ocorreram 29 assassinatos; entre 1975 e 1979, 45; e entre 1980 e 1984, 100 mortes de homens, mulheres e crianças. Mesmo com a 'Nova República', a violência no sul e sudeste paraense não diminuiu; pelo contrário, aumentou consideravelmente, chegando a 361 assassinatos.

Mesmo após o fim da ditadura militar, a violência no campesinato persistiu, como mostrado no quadro acima. Em um editorial de 1987, o jornal *O Grito da PA 150* relatou que o ex-coordenador da CPT na região do Araguaia e Tocantins, padre Ricardo Rezende Figueira, estava na lista de pessoas marcadas para morrer pela União Democrática Ruralista (UDR). Em 2023, em entrevista, Ricardo Rezende comentou sobre seu nome estar nessa lista, dizendo o seguinte:

De fato, em 18 anos dos 20 que morei no Sul do Pará, convivi com ameaças de morte provocadas por fazendeiros e policiais. A partir de 1985, com a UDR, a situação se tornou mais complicada. Cresceu a violência; a curva de assassinatos aumentou e a violência tinha algumas características, denunciávamos na época: além de crescer o número dos assassinatos, as mortes não eram aleatórias, faziam parte de um planejamento onde se escolhia quem ia morrer – lideranças sindicais, políticas e religiosas -, e se dava uma “pedagogia” do terror que era estender as mortes para mulheres e crianças. Além de matar, desfigurava-se o corpo, dificultava-se o sepultamento. Por exemplo, Leonildes Resplandes, adolescente, e seu companheiro foram mortos e antecedeu o assassinato de Leonildes, um estupro coletivo perpetrado por pistoleiros. Ela foi carbonizada. Seu corpo virou um fragmento de carvão (Ricardo Rezende Figueira, 2023).

A partir da fala de Ricardo Rezende Figueira, que descreve os assassinatos na Amazônia Oriental como atos planejados, e não aleatórios, além da escolha estratégica das vítimas, torna-se evidente a crueldade e a desumanidade com que os direitos humanos foram violados no sul e sudeste do Pará durante a ditadura militar. Essa violação, infelizmente, perdura até os dias atuais, na "Nova República".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência discutida neste artigo foi analisada pelo sociólogo Sérgio Sauer, que compreendeu a luta pela reforma agrária como uma causa social e política difícil de

enfrentar, devido ao uso da força de maneira “arbitrária e ilegítima contra outra pessoa, ou grupo social [...]. Essa arbitrariedade se materializa na intencionalidade de eliminar oposições, destruindo qualquer possibilidade de convívio com o diferente, de relações com o outro” (SAUER, 2008, p. 243).

Durante os anos de ditadura militar, observamos que muitas pessoas foram brutalmente violentadas pelo Estado e por grandes latifundiários no sul e sudeste paraense. No entanto, é importante destacar que os trabalhadores rurais não ficaram passivos diante da violência física e psicológica. Os camponeses também pegaram em armas para defender seus direitos, lutando por terra, trabalho e dignidade. Embora essa luta fosse, muitas vezes, desigual, sangrenta e traumática, eles continuaram a resistir, como ocorreu no dia 13 de agosto de 1981, quando quatro agentes da Polícia Federal (PF) e um técnico do GETAT ficaram feridos em uma emboscada armada em uma fazenda localizada em São Geraldo, município de Conceição do Araguaia na época. Segundo o jornal *O Grito da PA 150*:

Ao chegaram no local, em dois carros, foram atingidos por tiros de cartucheiras disparados por um grupo de posseiros que ocupavam o lote de terra. Um homem de identidade desconhecida, possivelmente gerente da fazenda morreu em meio ao tiroteio. E os feridos foram transportados para Belém (*O Grito da PA 150: Terra e Liberdade*, 1981, p. 6).

O passado e o presente estão profundamente entrelaçados, evidenciando que a luta pela terra, desde a durante a ditadura, continua a persistir até os dias atuais. Isso é refletido na busca incessante por cidadania plena no campo, onde, infelizmente, muitos homens, mulheres e crianças ainda perdem suas vidas devido à violência. Um exemplo trágico dessa realidade ocorreu em 24 de maio de 2017, em Pau D'Arco, no sudeste paraense, quando nove trabalhadores rurais e uma trabalhadora foram executados pelas forças policiais do Estado do Pará, conforme o relatório divulgado pela CPT (2023)

Conforme apontado por Walter Benjamin, estudar os vestígios deixados no passado não significa compreendê-lo em sua totalidade, já que não conseguimos acessá-lo completamente. Para o autor, entender o passado é evitar que memórias traumáticas voltem ao presente como perigos ou ameaças. Por isso, é fundamental mantermos vigilância constante contra o autoritarismo e a barbárie, uma vez que é responsabilidade do historiador a “convicção de que também os mortos não estão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso” e, por vezes, “esse inimigo não tem cessado de vencer” (LÔWY, 2005, p. 62).

FONTES

Relatos Oraís:

Maria Oneide Lima. Depoimento [agosto de 2017]. Entrevistadores: Fábio Pessoa e Emmanuel Wambergue. São Geraldo, 2017.

Paulo Joanil da Silva. Depoimento [janeiro de 2017]. Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Belém, janeiro de 2017.

Ricardo Rezende Figueira: depoimento [abril de 2023] Entrevistador: Wellington Jhemerson Costa da Conceição. Rio de Janeiro-Belém, 2023.

Jornais:

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. Conceição do Araguaia: Polícia Federal, GETAT e PM comandam as eleições sindicais. O, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. Novas eleições. O, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. Conceição do Araguaia: Polícia Federal, GETAT e PM comandam as eleições sindicais. O, Ano II, nº 13, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1981, p. 03. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. É hora do trabalhador entrar e participar no sindicato e na política. O, Ano II, nº 20, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1982, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O ESTADO DE S. PAULO. Agente de Pastoral morre assassinado no interior do PA. 01/06/1980, p. 41. Dossiê sobre morte no campo – Estado do Pará. Acervo digital Paulo Fonteles.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. 1964: Quem fez esta revolução?. Ano II, nº 22, Diocese de Marabá/PA, Março de 1982, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O Grito da PA 150: Terra e Liberdade. 25 de Julho. Ano I, nº1, Diocese de Marabá/PA, Maio de 1980, p. 02. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. Conceição do Araguaia: Polícia Federal, GETAT e PM comandam as eleições sindicais. Op. Cit., 1981, p. 03.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. O bispo e questão social. Ano I, nº 7, Diocese de Marabá/PA, Novembro de 1980, p. 8, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. O boi era mais importante. Ano I, nº09, Diocese de Marabá/PA, Janeiro de 1981, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O GRITO DA PA 150: TERRA E LIBERDADE. O Golpe Militar. Ano II, nº14, Diocese de Marabá/PA, junho de 1981, p. 09. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Norte II, Marabá/PA.

O LIBERAL. Classes rurais satisfeitas com posição de Aurélio. 15/04/1964, p. 03. Acervo Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

O ESTADO DE S. PAULO. Estreito, o lugar onde nasceu a odisséia. 27/08/1980, p. 11. Repositório Digital.

O ESTADO DE S. PAULO. Ali acontece tudo: mortes, torturas, massacres. 27/08/1980, p. 11. Repositório Digital.

O LIBERAL. Guerra declarada no Araguaia a “Pau Ferrado” ninguém toma. 13/01/1985, p. 16. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O LIBERAL. P.S.D Paraense ao lado das forças democráticas para garantia do Regime. 04/04/1961, p. 08. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

O LIBERAL. Pronunciamento de Aurélio. Governo e povo paraenses ao lado dos patriotas contra violências e ilegalidades. Belém, 01/04/1964, p. 08. Acervo Biblioteca Arthur Vianna - Hemeroteca.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Seu sangue será semente. 14/06/1980 a 28/06/1980, p. 04. Sobre morte no campo – Estado do Pará. Acervo digital Paulo Fonteles.

Documentos oficiais:

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Operação Amazônia

(Discursos). Serviço de Documentação e Divulgação, Belém – PA, 1968. Acervo da SUDAM, Tombo 4213, p 73.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1428, de 14/05/1981. Assunto: Movimento subversivo no sul do Pará. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 08.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO – Agência de Belém. Inf. nº 1896, de 11/02/1982. Assunto: Problema de terras envolvendo Manoel Cardoso Neto e o sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 0899, de 17/06/1980. Assunto: Tensão social no Pará – aproveitamento por organizações subversivas. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 2037, de 05/05/1982. Assunto: Grilagem de terras. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-05.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 5040, de 05/11/1984. Assunto: Denúncias de irregularidades no Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-03.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 5189, de 12/02/1985. Assunto: Constituição de grupos armados, por

parte de fazendeiros, visando à proteção de suas propriedades – Pará. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02-07.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 5449, de 01/07/1985. Assunto: Problemas fundiários na área rural. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência de Belém, Inf. nº 5599, de 23/08/1985. Assunto: Ajuda governamental à Comissão Pastoral da Terra Tocantins/Araguaia. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 03.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 0132, de 15/03/1979. Assunto: Atividades subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, AGÊNCIA DE BELÉM. Inf. nº 0132, de 15/03/1979. Assunto: Atividades subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls. 02.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Agência de Belém. Inf. Nº 5240, de 12/03/1985. Assunto: Atividades da Associação dos produtores rurais do sul do Pará - APRUSP. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, fls 03.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. Mundo do leitor. *In*: História Cultura da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Muad X, 2007.

BETTO, Frei. Batismo de Sangue. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Recurso eletrônico. Brasília: CNV,

2014. 976 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

CANUTO, Luzia de Oliveira Pereira. Terras e Natureza: Assentamentos Rurais de Rio Maria (1974-2004). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CONFLITOS, NO CAMPO BRASIL. Centro de documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

- COSTA, Jhemerson. Violência no campesinato paraense: o caso de Francisco Jacinto de Oliveira (1981). In: PETIT, Pere & PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo (orgs.). Mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas na Amazônia no tempo presente. Ananindeua (PA): Cabana, 2023. p. 74-88.
- COSTA, Wellington Jhemerson da Conceição. A Luta pela Reforma Agrária no Sudeste Paraense nas Páginas do Jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade (1980-1987). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Sales Pimenta vs. Brasil. Sentença de 30 de junho de 2022 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas).
- DA TERRA, Comissão Pastoral. CPT–40 anos de fé, rebeldia e esperança. Comissão Nacional de Formação da CPT. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- D’ ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). Dossiê Geisel. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- DE CASTRO GOMES, Angela; FERREIRA, Jorge. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil. Editora Civilização Brasileira, 2014.
- DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016.
- DREIFUSS, René. A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. Como eles agiam – Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Editora FGV, 2014.
- FONTES, Edilza Joana Oliveira. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos. História Oral, v. 21, n. 2, p. 109-129, 2018.
- HÉBETT, Jean. Abre-se o portão da Amazônia. In: Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. EDUFPA, v. II, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança rural. In: Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 85-109.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LÖWY, Michael. Tese VI: Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 65.
- LUIZ, Janailson Macêdo. Lutas pela autonomia, sonhos de revolução: uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). 2023. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985). Trad. Heloisa de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. Revista Brasileira de História, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.
- NOSSA, Leonencio. Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. “Ao cristão é proibido ter medo”: a trajetória da comissão pastoral da terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a Ditadura Militar (1975/1985). Tese (Doutorado) - PPHIS, UFPA, Belém, 2019.
- PESSÔA, Fábio Tadeu. Entre “grileiros” e “gatunos”: a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará. História Unisinos, v. 26, n. 2, 2022.
- PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no estado do Pará. Revista de estudios brasileiros, v. 3, n. 4, primer semestre/2016.
- PETIT, Pere; PEREIRA, Airton; PESSÔA, Fábio. Camponeses, Fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no sul e no sudeste

do estado do Pará: 1960-1990. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 340, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 284.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Monlin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SAUER, Sérgio. *Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência*. *In: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Editora Unicamp, 2008. p. 243.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.